

TURISMO RURAL COMUNITÁRIO E A CONSTRUÇÃO DO SABER

Olga Tulik
Reinaldo Miranda de Sá Teles
Escola de Comunicações e Artes
Universidade de São Paulo

O turismo, sobretudo até a década de 1960, nem sempre trouxe o esperado desenvolvimento, pois o lucro era o objetivo principal da maioria dos empreendimentos. Para alcançar sucesso, era preciso captar demandas, cada vez mais numerosas, e, para atendê-las, multiplicavam-se os equipamentos e os serviços.

Alguns estudiosos que analisaram este momento mostraram pessimismo quanto às reais vantagens do turismo para o desenvolvimento. A propalada ocupação anárquica, principalmente dos litorais e das montanhas, em certas partes do mundo, resultou em danos ao ambiente físico, cultural e social. O uso intensivo e nem sempre adequado dos recursos disponíveis denotava falhas de planejamento e de gestão e refletia os paradigmas vigentes que se consolidavam nos estilos de vida.

As discussões ambientalistas, centradas no confronto entre desenvolver e preservar, marcaram a efervescente década de 1960 com manifestações de diferentes grupos sociais e políticos, que criticavam a intenção exclusiva de obtenção do máximo proveito e os estilos de vida, clamando por mudanças de atitudes e de comportamentos.

Desta época até o início do século seguinte, grandes mudanças ocorreram. Muitas extrapolaram questões gerais e alcançaram o turismo como um todo. Mesmo assim, inúmeros estudos propagavam as vantagens econômicas advindas do turismo, principalmente em meados de 1970. A partir desse momento, a preocupação de alguns estudiosos voltou-se, também, para o relacionamento entre turistas e a população local, enquanto outros abordavam, principalmente, os efeitos que transcendiam benefícios no plano econômico. Vantagens ou desvantagens? A obra

de Emanuel de Kadt, publicada em 1979, que analisa efeitos culturais e sociais do turismo, em países em desenvolvimento, registra a dúvida no sugestivo título – *Tourisme: passeport pour le developpement?*

No turismo, a preocupação com as intervenções humanas no ambiente frutificou, resultando na procura por soluções para amenizar problemas de áreas degradadas e prevenir os efeitos do turismo em espaços em estruturação. Verificou-se a necessidade de planejamento, de monitoramento e de regras, em suma, de políticas capazes de ordenar o desenvolvimento turístico e de leis que estabelecessem o controle do desenvolvimento turístico. Áreas desorganizadas ou já degradadas foram replanejadas pelo Poder Público, pela iniciativa privada, ou pela parceria entre ambos.

Os inúmeros problemas ambientais, principalmente os sociais e culturais, identificados nas pesquisas e, sobretudo, decorrentes do turismo de massa, mostravam mudanças significativas na estrutura, nos valores e nas tradições da sociedade. Percebeu-se que o volume de turistas, assim como seus valores e consequentes estilos de vida, provocava impactos nas destinações e que era preciso estipular limites para o crescimento dessa atividade.

A partir da constatação dos problemas, decorrentes do turismo de massa, surgiram novas linhas de pensamento e propostas de formas alternativas de se praticar e de se entender o turismo. Krippendorf lembra que, nas décadas de 1970 e 1980, os cientistas reivindicavam um turismo equilibrado cujos rótulos tinham igual significado: turismo suave, turismo inteligente, turismo sustentável.

A proposta de um turismo social e ecologicamente desejável aparece nos trabalhos acadêmicos já em 1960, tendo se intensificado nas décadas seguintes. Nessa linha de pensamento, novas ideias surgiram para a interpretação da realidade do turismo sob novos paradigmas, envolvendo, agora, também a sustentabilidade, a base local e a comunidade.

Formas alternativas ao turismo de massa proliferaram, nos meios de comunicação e nos panfletos das agências de viagens, favorecidas pela propaganda e pelos

modismos. O mercado foi pródigo em criar neologismos, desafiando a criatividade de seus promotores.

O Ecoturismo destacava-se nos anos de 1980 e 1990, sendo seguido por outras formas de turismo dito alternativas, como o Turismo de Aventura e o Turismo Rural. Este último, que maior interesse apresenta para este estudo, surgiu, no Brasil, inspirado em modelos europeus, principalmente de Portugal, Espanha e Itália.

O Turismo Rural desenvolveu-se com a premissa de ser fonte geradora de emprego e de renda para o pequeno produtor rural, evitando o êxodo rural e promovendo o desenvolvimento local. Deveria ser de pequena escala, de iniciativa, gestão e produção locais e baseado na cultura da localidade. Estudos posteriores à implantação mostraram que, em algumas áreas, ocorreram contradições e conflitos em relação aos princípios que deveriam ser observados.

Pesquisas acadêmicas, eventos específicos para discutir o Turismo Rural, além de iniciativas públicas visando ordenar e regulamentar este segmento resultaram em avanços significativos quanto ao conhecimento sobre áreas de ocorrência do Turismo Rural e suas derivações terminológicas no território brasileiro.

Recentemente, uma nova possibilidade de desenvolvimento concretizou-se com o Turismo de Base Comunitária como uma proposta apoiada na sustentabilidade e voltada para o interesse dos moradores, objetivando a valorização e a manutenção da identidade local. Em 2008, o Ministério do Turismo selecionou 50 dentre 500 projetos para o desenvolvimento do Turismo Sustentável de Base Comunitária, englobando iniciativas locais em Ecoturismo, Turismo Étnico e Turismo Rural.

A linha de pensamento que, neste momento, culmina no Turismo de Base Comunitária, no qual se insere o Turismo Rural de Base Comunitária, foi construída ao longo de várias décadas de maturação acadêmica e de várias iniciativas do Poder Público para chegar a uma opção de desenvolvimento como uma alternativa econômica socialmente responsável capaz de favorecer o desenvolvimento local. Na literatura específica, o Turismo Comunitário já tem visibilidade graças aos eventos, às associações e aos trabalhos acadêmicos resultantes de observações empíricas das iniciativas empresariais.

Sabe-se que a busca pelo Saber é uma constante em todas as áreas do conhecimento humano. Nas áreas de estudos mais recentes, como é o caso do Turismo Rural em geral e do Turismo Rural de Base Comunitária, em particular, a construção do Saber está fortemente assentada no conhecimento empírico e na adaptação de técnicas e métodos de pesquisa importados de áreas cujo conhecimento já está consolidado. Um panorama da literatura referente ao Turismo Rural, e mais especificamente ao Turismo de Base Comunitária, pode dar uma ideia da trajetória dos estudos acadêmicos, das propostas concretizadas e das metodologias utilizadas nos dias atuais.



CITURDES

IX Congresso Internacional sobre Turismo Rural
e Desenvolvimento Sustentável